

PREGÃO ELETRÔNICO

| 90003/2026-FAAC |

CONTRATANTE (UASG)

102309 – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

OBJETO

Contratação de empresa especializada para serviços comuns de engenharia consistentes em instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado (Split Hi Wall e Piso Teto) e instalação de cortina de ar

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 98.370,00 (Noventa e oito mil, trezentos e setenta reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia | **11/06/2026 às 09h** | (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

| *menor preço / por grupo* |

MODO DE DISPUTA:

| *Aberto* |

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

Processo Administrativo nº.493/2026-FAAC

Torna-se público que a Universidade Estadual Paulista - Unesp por meio da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, sediada Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Vargem Limpa, Bauru, São Paulo, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa para instalação, desinstalação e substituição de aparelhos de ar-condicionado e cortina de ar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupos, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.5. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.5.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.5.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 10,00 (Dez reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão

divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Deverá apresentar atestado de capacidade técnica mínima de 37 (trinta e sete) instalação de equipamentos de Ar condicionado.

8.1.4. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de

requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico smateriais.faac@unesp.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.5.4. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo. Conforme Portaria Unesp nº 135/2023.

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: <https://www2.unesp.br/licitacao/>

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet: <https://www2.unesp.br/licitacao/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA competente, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

- 14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: <https://www2.unesp.br/licitacao/>
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Bauru do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.16.1 ANEXO I – Termo de Referência;
- 14.16.1.1 – Tabela Auxiliar para instalação dos equipamentos de ar-condicionado;
- 14.16.1.2 – Tabela Auxiliar para instalação dos equipamentos cortina de ar;
- 14.16.1.3 – Tabela Auxiliar para substituição dos equipamentos de ar-condicionado;
- 14.16.1.4 – Estudo Técnico Preliminar;
- 14.16.2 ANEXO II – Multas e Sanções – Portaria Unesp nº 135/2023;
- 14.16.3 ANEXO III – Modelo da Declaração de pleno conhecimento das condições de execução;
- 14.16.4 ANEXO IV – Modelo Minuta Termo de Visita Técnica;
- 14.16.5 ANEXO V – Modelo Proposta comercial;

14.16.6 ANEXO VI – Minuta do Contrato;

Bauru/São Paulo, na data da assinatura eletrônica.

Fernando de Souza Ferrari
Diretor Administrativo

ESP-UNESP-FACULARQUIT,ARTES E COMUM.-C.BAURU

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	102309-ESP-UNESP-FACULARQUIT,ARTES E COMUM.-C.BAURU	FERNANDO DE SOUZA FERRARI	19/05/2026 09:01 (v 0.9)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1 Contratação de **empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia**, consistentes na **instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado (Split Hi Wall e Piso-Teto), bem como instalação de cortinas de ar**, incluindo o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra e ferramentas/equipamentos necessários à execução completa dos serviços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Especificação geral do objeto:

LOTE ÚNICO:

Sublotes operacionais	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$.	VALOR TOTAL R\$.
1	Instalação de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 9000 BTUS).	2020	Serviço	05	697,50	3.487,50
2	Instalação de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 12000 BTUS).	2020	Serviço	38	711,98	27.055,24
		2020				

3	Instalação de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 18000 BTUS).		Serviço	17	802,98	13.650,66
4	Instalação de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 24000 BTUS).	2020	Serviço	02	959,98	1.919,96
5	Instalação de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 36000 BTUS).	2020	Serviço	03	1.310,00	3.930,00
6	Substituição de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 9000 BTUS).	2020	Serviço	05	722,50	3.612,50
7	Substituição de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 12000 BTUS).	2020	Serviço	32	731,98	23.423,36
8	Substituição de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 18000 BTUS).	2020	Serviço	18	822,98	14.813,64
9	Substituição de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 24000 BTUS).	2020	Serviço	01	979,98	979,98
10	Substituição de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Hi-Wall; 34000 a 36000 BTUS).	2020	Serviço	02	1.335,00	2.670,00
11	Substituição de equipamentos de ar-condicionado (Tipo split; Piso/Teto; 52000 a 60000 BTUS).	2020	Serviço	01	2.047,16	2.047,16
12	Instalação de equipamentos de cortina de ar (modelo 1,80 a 2,00 mts).	22535	Serviço	03	260,00	780,00
	TOTAL					98.370,00

1.1.2. Especificação dos bens a serem instalados e/ou substituídos:

MODELOS DE APARELHOS ADQUIRIDOS PELA UNIDADE E FOCO DO OBJETO DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA:

ORDEM	TIPO DE EQUIPAMENTO	CAPACIDADE (BTUs)	ESPECIFICAÇÕES PRINCIPAIS	MARCA / MODELO	COMPRIMENTO (CM)	VOLTAGEM
1	Condicionador de ar; do tipo split; Hi-Wall	9.000	- Tecnologia inverter; - Capacidade nominal de 9.000 Btus/h; - Operação: Quente e Frio; - Com filtro removível e lavável; - Voltagem: 220v/1F; - Classificação energética INMETRO "A" premium/gold;	ELGIN HJQ9000	-	220v/1F
2	Condicionador de ar; do tipo split; Hi-Wall	12.000	- Tecnologia inverter; - Capacidade nominal de 12.000 Btus/h; - Operação: Quente e Frio; - Com filtro removível e lavável; - Voltagem: 220v/1F; - Classificação energética INMETRO "A" premium/gold;	ELGIN HJQ12C2 WB / HJQE12C2 CB	-	220v/1F
3	Condicionador de ar; do tipo split; Hi-Wall	18.000	- Tecnologia inverter; - Capacidade nominal de 18.000 Btus/h; - Operação: Quente e Frio; - Com filtro removível e lavável; - Voltagem: 220v/1F; - Classificação energética INMETRO "A" premium/gold;	VIX / VIX / VIX INVERTER / AS-18UW2RMA DK0018 INV QUENTE E FRIO	-	220v/1F
4	Condicionador de ar; do tipo split; Hi-Wall	24.000	- Tecnologia inverter; - Capacidade nominal de 24.000 Btus/h; - Operação: Quente e Frio; - Com filtro removível e lavável; - Voltagem: 220v/1F; - Classificação energética INMETRO "A" premium/gold;	ELGIN HJQ24000 - HJQE24C2CC	-	220v/1F
5	Condicionador de ar; do tipo split; Hi-Wall	34.000	- Tecnologia inverter; - Capacidade nominal de 34.000 Btus/h; - Operação: Quente e Frio; - Com filtro removível e lavável; - Voltagem: 220v/1F; - Classificação energética INMETRO "A" premium/gold;	TCL / TAC- 34CHSG2-INV	-	220v/1F
6	Condicionador de Ar do Tipo Split; Piso/Teto;	60.000	- Tecnologia inverter; - Com capacidade nominal de 52 a 60.000 Btu/h; - Operação: Quente e Frio; - Com filtro removível e lavável; - Voltagem: 220 V/1F; - Classificação energética "A"; - IDRS maior ou igual a 5,5; - Equipamento composto de 01 Unidade Interna Evaporadora e 01 Unidade Externa Condensadora.	CARRIER 42ZQVD60C 5/38CQVD60515MC	-	220v/1F
7	Cortina de ar	-	- Comprimento 2,00m; - Voltagem: 220v/1F; - Nível de ruído máximo 60 dB; - Fornecido com 01 controle remoto sem fio com Comandos Liga/Desliga e Ajuste de Velocidade; - Manual de instruções e certificado de garantia em português; - Garantia mínima 12 meses;	EOS / CA1220C 220V	200	220v/1F

1.1.3. A execução contratual ocorrerá por sublotes operacionais, definidos conforme os modelos e capacidades dos equipamentos (BTUs) e modelo de cortina de ar, sem descaracterizar o julgamento pelo critério de menor preço global do lote único.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:

1.2 Classificação do objeto:

Os serviços são classificados como **serviços comuns de engenharia**, nos termos do art. 6º, XXI da Lei nº. 14.133 /2021, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado.

1.3 Regime de execução:

Execução por **escopo**, não contínua.

1.4 Prazo de vigência:

O prazo de vigência será de **12 MESES**, contado da assinatura do contrato, nos termos do art. nº. 105 da Lei nº. 14.133/2021.

1.5 Forma de seleção do fornecedor:

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica**, nos termos dos arts. 28, inciso I, e 56 da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Critério de julgamento:

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO LOTE** observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital.

1.7 Justificativa para adoção do critério por lote (FUNDAMENTAÇÃO):

A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se pelos seguintes aspectos:

- Necessidade de **padronização técnica dos serviços**;
- **interdependência operacional** entre as atividades de instalação, desinstalação e substituição;
- Garantia de **responsabilidade única da contratada**, evitando conflitos entre múltiplos prestadores;
- maior **eficiência na gestão e fiscalização contratual**;
- Redução de riscos de incompatibilidade técnica entre serviços executados por diferentes empresas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar nº. 3/2026 - FAAC/Unesp/Bauru(SP).

A necessidade decorre de:

- Inexistência de instalação de equipamentos já adquiridos;
- Substituição de equipamentos com vida útil esgotada;
- Necessidade de climatização de novos espaços acadêmicos e administrativos;
- Garantia de conforto térmico e funcionamento adequado de ambientes institucionais.

A ausência desses serviços compromete diretamente as atividades acadêmicas e administrativas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução completa dos serviços de:

- Instalação de equipamentos de climatização;
- Desinstalação e substituição de equipamentos de climatização de modelos diversos;
- Instalação de aparelhos de cortinas de ar;
- Testes de funcionamento e entrega em pleno uso.

Inclui:

- **Mão de obra especializada com fornecimento de todos os componentes necessários para instalações/substituições**, tais como suportes, tubulações, conexões, isolamentos térmicos, drenos, cabos elétricos e demais itens indispensáveis (tubo de cobre, cabo PP, fita PVC, mangueira flexível para dreno, suporte metálico para fixação da condensadora e evaporadora, pé amortecedor para condensadora, tubo isolante térmico com proteção UV, abraçadeiras, gás refrigerante R32; (se necessário), furação (alvenaria/vidro/divisórias) para passagem dos tubos e fiações, e fixações da condensadoras nos suportes e/ou bases), e ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços;
- Adequações necessárias à instalação e/ou substituições.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos da contratada:

A contratada deverá:

- Possuir objeto social compatível com o objeto do certame;
- Comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível mediante a demonstração por atestado(s) de capacidade técnica, um ou mais atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que evidenciem a execução satisfatória de serviços compatíveis em características e complexidade com o objeto licitado, **de no mínimo 37 (trinta e sete) aparelhos split**, podendo a junção de múltiplos atestados para atingir a meta operacional.

Os atestados deverão conter, sempre que possível:

a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço e contatos);

b) Local e data de emissão;

c) Nome, cargo, contato e assinatura do responsável pela emissão do atestado;

d) Período de execução dos serviços e descrição do objeto executado, incluindo quantitativos compatíveis com o objeto da contratação.

Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante, conforme o caso.

A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e legitimidade das informações constantes nos atestados apresentados, podendo solicitar documentos complementares, tais como cópia do contrato correspondente, notas fiscais, ordens de serviço, endereço de execução do objeto ou outros documentos que comprovem a efetiva prestação dos serviços.

- Dispor de equipe qualificada;
- Indicar do pessoal responsável pelos serviços, sendo, no mínimo, 01 (um) profissional Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Elétrico ou Técnicos Equivalentes (Mecânico ou Elétrico), responsável técnico, para atendimento das quantidades e prazos fixados neste Termo de Referência, devidamente registrados e ativos nos conselhos de fiscalização profissional competentes (CREA ou CFT);
- Cumprir normas de segurança (NR-10 e NR-35);
- Atender normas da ABNT;
- Na ocasião da assinatura contratual, a adjudicatária deverá apresentar e/ou atender às verificações, cadastros, documentos e meios operacionais exigidos pela legislação e pelos procedimentos administrativos vigentes para viabilização da contratação e do processamento dos pagamentos que versam este termo de referência e edital.

4.2 Sustentabilidade:

Deverá:

- Realizar descarte ambientalmente adequado de resíduos;
- Evitar desperdícios de materiais;
- Seguir práticas sustentáveis conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.3 Subcontratação:

4.3.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual.

4.3.2. Será admitida a subcontratação de até 30% (trinta por cento) dos serviços de instalação, desinstalação, substituição e startup dos equipamentos, especialmente quando necessária à preservação das garantias técnicas e garantias de fábrica dos fabricantes dos equipamentos de climatização.

4.3.3. A subcontratação dependerá de prévia autorização da CONTRATANTE, mediante apresentação, pela CONTRATADA, da identificação da empresa subcontratada e comprovação de sua capacidade técnica compatível com os serviços a serem executados.

4.3.4. A eventual subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA perante a Administração quanto à perfeita execução contratual, qualidade dos serviços, cumprimento dos prazos, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e garantia dos serviços executados.

4.3.5. A CONTRATADA permanecerá responsável pela coordenação, supervisão técnica e fiscalização dos serviços executados pela subcontratada.

4.3.6. A Administração poderá recusar justificadamente a subcontratação de empresa que não demonstre qualificação técnica compatível ou apresente impedimentos legais, fiscais ou cadastrais.

4.4 Garantia da contratação:

Não será exigida garantia contratual, considerando:

- Baixo risco da execução;
- Natureza do objeto;
- Curta duração contratual.

(art. 96 da Lei 14.133)

4.5 Vistoria:

4.5.1. A vistoria técnica será facultativa, podendo a licitante realizá-la para conhecimento das condições locais de execução dos serviços.

4.5.2. A licitante poderá optar entre:

I – realizar vistoria técnica, mediante agendamento prévio junto à Administração (ANEXO I); ou

II – apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Execução, assumindo integral responsabilidade pelas condições necessárias à execução contratual (ANEXO II).

4.5.3. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento contratual, solicitação de aditivos, alegação de desconhecimento das condições locais ou pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro relacionados às condições aparentes dos locais de execução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Início:

5.1. A execução dos serviços será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, podendo ocorrer de forma parcelada, por sublotes operacionais definidos conforme os modelos e capacidades dos equipamentos (BTUs) e modelo de cortina de ar.

5.1.1. Cada Ordem de Serviço poderá contemplar um ou mais sublotes operacionais, conforme necessidade da Administração.

5.1.2. A emissão das Ordens de Serviço ocorrerá durante a vigência contratual, conforme demanda da Administração, observados os quantitativos estimados constantes deste Termo de Referência.

5.2 Prazo:

5.2. O prazo para execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da respectiva Ordem de Serviço pela Administração, para cada sublote operacional autorizado.

5.3 Local:

Edificações da FAAC (Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design) - Campus da UNESP – Bauru, Avenida Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube, nº. 14-01, Bairro Vargem Limpa, Bauru/SP, - CEP: 17033-360, nos locais indicados pela Administração.

5.4 Condições de execução:

A contratada deverá:

- Fornecer todos os materiais necessários;
- Realizar instalação completa;
- Executar testes de funcionamento;
- Preservar os equipamentos retirados;
- Remover resíduos e destinar corretamente;
- Transportar equipamentos substituídos para local indicado.

5.5 Rotinas:

- Execução por agendamento;
- Minimização de impactos nas atividades da unidade e do Campus;
- Acompanhamento por fiscalização.

5.6 Garantia dos serviços:

5.6.1. A CONTRATADA garantirá os serviços executados pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas, defeitos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços.

5.6.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços em estrita observância às recomendações técnicas dos fabricantes dos equipamentos, normas da ABNT, normas regulamentadoras aplicáveis e boas práticas de engenharia.

5.6.3. Sempre que exigido pelo fabricante para preservação da garantia de fábrica dos equipamentos, a CONTRATADA deverá utilizar profissionais habilitados, credenciados, autorizados ou tecnicamente aptos à execução dos respectivos serviços.

5.6.4. Caso a garantia de fábrica dos equipamentos seja comprometida em decorrência de falha de instalação, execução inadequada, inobservância das especificações técnicas do fabricante ou utilização de mão de obra sem a qualificação técnica necessária, a CONTRATADA responderá integralmente pelos prejuízos causados à Administração.

5.6.5. Na hipótese prevista no subitem anterior, caberá à CONTRATADA, às suas expensas e sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

I – reparar integralmente os equipamentos afetados;

II – substituir componentes danificados;

III – assumir os custos de assistência técnica corretiva;

IV – restabelecer, sempre que possível, condições equivalentes às garantias originalmente aplicáveis aos equipamentos.

5.6.6. A responsabilidade da CONTRATADA permanecerá mesmo nos casos de subcontratação parcial autorizada pela Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Fiscalização:

Será realizada por servidor designado, com atribuições de:

- Acompanhamento técnico;
- Registro de ocorrências;
- Verificação de conformidade;
- Aplicação de notificações.

6.2 Recebimento:

- Provisório: até 05 dias úteis;
- Definitivo: até 15 dias úteis após verificação.

Serviços em desacordo deverão ser refeitos em até 7 dias corridos.

6.3 Responsabilidades da contratada:

- Execução integral do objeto;
- Reparação de danos;
- Cumprimento de prazos;
- Garantia da qualidade de 12 meses sobre os serviços executados.

6.4 Penalidades:

Aplicáveis conforme previstas:

- Lei nº. 14.133/2021 (arts. 155 a 163) e alterações;
- PORTARIA UNESP nº. 135 de 20 de Dezembro de 2023 e alterações, ou ato normativo da Unesp equivalente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A execução contratual ocorrerá sob julgamento pelo critério de menor preço global do lote único, permanecendo a responsabilidade integral da contratada pela execução dos serviços.

7.2. Para fins de execução operacional, fiscalização, medição e pagamento, os serviços serão executados por sublotes operacionais, definidos conforme os modelos e capacidades dos equipamentos de ar-condicionado (BTUs) e modelo de cortina de ar previstos neste Termo de Referência.

7.3. Os sublotes operacionais constituem parcelas de execução contratual, não caracterizando fracionamento do objeto nem alteração do critério de julgamento adotado.

7.4. A execução dos serviços ocorrerá mediante emissão de Ordem de Serviço específica pela CONTRATANTE, podendo cada Ordem de Serviço contemplar um ou mais sublotes operacionais.

7.5. A medição será realizada pela fiscalização contratual, considerando exclusivamente os serviços efetivamente executados, concluídos, testados e aceitos.

7.6. O pagamento será efetuado proporcionalmente aos quantitativos efetivamente executados e aprovados pela fiscalização, observados os valores unitários apresentados na proposta comercial da CONTRATADA.

7.7. Para fins de pagamento, os serviços somente serão considerados concluídos após:

I – Execução integral dos serviços constantes da Ordem de Serviço;

II – Realização dos testes de funcionamento;

III – Verificação da conformidade técnica pela fiscalização;

IV – Emissão do recebimento provisório;

V – Ausência de pendências técnicas impeditivas.

7.8. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA estará apta à emissão da Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados.

7.9. Caso sejam identificadas inconformidades, falhas técnicas, execução parcial ou serviços em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, a fiscalização poderá:

I – Rejeitar os serviços executados;

II – Determinar correções;

III – Realizar glosas proporcionais;

IV – Suspender o pagamento até a regular regularização das pendências.

7.10. Nenhum pagamento será realizado por serviços não executados, parcialmente executados ou executados em desacordo com as especificações contratuais.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa: conforme normativos internos da UNESP - PORTARIA UNESP Nº. 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.

- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Regime de Execução:

9.2. O **regime de execução contratual** será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do regime de empreitada por preço unitário mostra-se mais adequada em razão da execução parcelada dos serviços por sublotes operacionais, definidos conforme os modelos e capacidades dos equipamentos (BTUs) e modelo de cortina de ar previstos neste Termo de Referência.

Embora o julgamento da licitação permaneça pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE ÚNICO**, a execução, medição e pagamento ocorrerão conforme os quantitativos efetivamente executados e atestados pela fiscalização contratual.

O regime adotado permite maior precisão na fiscalização, medição, liquidação da despesa e controle contratual, considerando que os serviços serão executados mediante Ordens de Serviço específicas emitidas pela Administração.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$. 98.370,34. (Noventa e oito mil, trezentos e setenta reais e trinta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na [tabela contida no item 1.1 acima]

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado de São Paulo.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. *Gestão/Unidade: FAAC-Unesp-Bauru(SP).*
- II. *Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro do Estado.*
- III. *Programa de Trabalho: 12.364.4807.5304.*
- IV. *Elemento de Despesa: 3.3.90.39.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Bauru, 19/05/2026.

Fernando de Souza Ferrari

Diretor Técnico Administrativo - DTAd/FAAC

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

Processo nº _____

Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado e instalação de cortinas de ar, incluindo fornecimento de materiais, insumos, mão de obra e demais itens necessários à execução dos serviços.

DECLARAMOS, para os devidos fins, que a empresa abaixo identificada realizou vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, tomando conhecimento das condições físicas, operacionais, estruturais e logísticas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

A vistoria teve por finalidade proporcionar pleno conhecimento das condições dos locais, acessos, instalações existentes, distâncias, características construtivas, condições elétricas aparentes e demais informações relevantes à formulação da proposta comercial.

Empresa: _____

CNPJ: _____

Representante: _____

CPF: _____

Data da vistoria: _____

Horário: _____

Servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Assinatura: _____

Representante da Empresa

Servidor da UNESP

14. ANEXO II

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Processo nº _____

Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado e instalação de cortinas de ar, incluindo fornecimento de materiais, insumos, mão de obra e demais itens necessários à execução dos serviços.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, para os devidos fins, que:

I – optou por não realizar vistoria técnica nos locais de execução dos serviços;

II – possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto;

III – obteve todas as informações necessárias para elaboração de sua proposta comercial e execução contratual;

IV – assume integral responsabilidade por eventual necessidade de adequações, levantamentos, verificações ou custos decorrentes da execução dos serviços;

V – não utilizará a ausência de vistoria técnica como fundamento para pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais, atrasos, questionamentos futuros ou quaisquer alegações relacionadas ao desconhecimento das condições dos locais de execução.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Cargo:

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO DE SOUZA FERRARI

Diretor Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 09:01:50.

PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	12.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
DTI	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
DTI	INSTALAÇÃO	18.000	3M	8M
DARG	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
LDMP	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
DTAd	INSTALAÇÃO	18.000	4M	5M
DTAd	INSTALAÇÃO	18.000	4M	5M
STAEPE	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
DCSO NOVO	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
DCSO NOVO	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
DCSO NOVO	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	2M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	2M
SANTANDER	INSTALAÇÃO	24.000	3M	3M
SANTANDER	INSTALAÇÃO	24.000	3M	3M
ATELIÊS	INSTALAÇÃO	36.000	3M	3M
ATELIÊS	INSTALAÇÃO	36.000	3M	3M
DTAd	INSTALAÇÃO	36.000	3M	3M

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PARA INSTALAÇÃO DE CORTINAS DE AR DE 1,80M			
SEÇÃO	LOCAL	INSTALAÇÃO	EQUIPAMENTOS
DEPARTAMENTO			
Edificação:	Local:	Necessidade:	Unidades:
GALERIA NOVA	CORTINA AR	INSTALAÇÃO	1
GALERIA NOVA	CORTINA AR	INSTALAÇÃO	1
GRADUAÇÃO	CORTINA AR	INSTALAÇÃO	1

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO					
SEÇÃO	BTUs do aparelho antigo a ser desinstalado:		BTUs do equipamento a ser instalado:	ALTURA DA	DISTÂNCIA ENTRE
DEPARTAMENTO				CONDENSADORA	CONDENSADORA E
		SUBSTITUIÇÃO		EM RELAÇÃO AO SOLO	EVAPORADORA
Edificação:	BTUS atual:	Necessidade:	BTUS	Altura da condensadora:	Distância entre condensadora:
DTA	7.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	2M	3M
DCSO	7.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	4M	3M
DCSO	9.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	4M	3M
DCSO	9.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	4M	3M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	3M	3M
DCHU	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2 M	3M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	5,70 M	3M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	5,70 M	3M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	5,70 M	3M
DAUP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
DDI	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	5M
DTAd	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	3M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	10 M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	10 M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	10 M
DTA	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
CLI	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
PRINCÍPIA	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	12000	3M	2M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
VICE DIRETORIA	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
LDMP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
LDMP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	7M	4M
LDMP	18.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	5M	3M
DARG	30.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3 M	3M
DAUP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	2M	3M
DDI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	2M	3M
DTAd	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	10M
DTAd	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	10M
DTAd	24.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	08 M
STAEPE	18.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	SOLO	3M
STAEPE	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	SOLO	9M
STAEPE	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	2M	2M
GRADUAÇÃO	7.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	3M
GRADUAÇÃO	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	3M

DIRETORIA	12.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	2M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	30000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	36000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	2M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	2M
STAEPE	12.000	SUBSTITUIÇÃO	24.000	SOLO	3M
CLI	18.000	SUBSTITUIÇÃO	36.000	3M	3M
PÓS GRAD.	18.000	SUBSTITUIÇÃO	36.000	3M	3M
SALA 2A	60.000	SUBSTITUIÇÃO	60.000	SOLO	3M

ESP-UNESP-FACULARQUIT,ARTES E COMUM.-C.BAURU

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 2026

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente demanda decorre da necessidade de contratação de serviços especializados para **instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado e de cortinas de ar**, já previamente adquiridos pela unidade. Referidos equipamentos encontram-se em fase de entrega ou já disponíveis, porém ainda não instalados ou necessitando substituição.

A inexistência de instalação adequada impede o funcionamento dos equipamentos, comprometendo as condições de conforto térmico nos ambientes institucionais e impactando negativamente o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas.

Ressalta-se que a presente contratação não contempla o fornecimento de equipamentos, limitando-se exclusivamente à prestação de serviços técnicos necessários à sua instalação, substituição e pleno funcionamento.

Os serviços abrangem a instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado do tipo Split Hi Wall e/ou Split e Piso Teto, compostos por unidade condensadora (externa) e evaporadora (interna), com capacidades variadas (divididas por grupo de BTUs), bem como a instalação de cortinas de ar com dimensão aproximada de 2 metros.

Parte da demanda refere-se à substituição de equipamentos atualmente em uso na unidade, os quais apresentam falhas recorrentes em razão do desgaste decorrente do tempo de utilização, evidenciando o fim de sua vida útil. Tal necessidade encontra respaldo em parecer técnico elaborado pela Coordenadoria de Engenharia e Sustentabilidade (CES/PROPEG), que atesta a adequação da substituição.

Adicionalmente, a instalação de novos equipamentos de ar-condicionado justifica-se pela ausência desses sistemas nos projetos originais de determinadas edificações, destacando-se o novo prédio departamental dos Departamentos de Jornalismo e de Audiovisual e Relações Públicas, o Prédio 207 (Seção de Pós-Graduação da FAAC) e o Laboratório de Tipografia, entre outros espaços da unidade que demandam a implementação de sistemas de climatização para garantir condições mínimas de conforto térmico aos usuários e adequado funcionamento de equipamentos.

2.2. Descrição e quantitativos dos equipamentos a serem instalados/substituídos:

Informação importante: A configuração de BTUs ou medidas poderão ser exatas ou semelhantes. Exemplo: Aparelhos de ar condicionado entre 52000 BTUS e 60000 BTUS, definidos pelo CONTRATANTE:

SOMENTE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOVOS			
COM FORNECIMENTO COMPLETO DE MATERIAL PARA AS INSTALAÇÕES PELO CONTRATADO			
BTUS	QTDE.		
Tipo split; Hi-Wall; 9000	5		
Tipo split; Hi-Wall; 12000	38		
Tipo split; Hi-Wall; 18000	17		
Tipo split; Hi-Wall; 24000	2		
Tipo split; Hi-Wall; 36000	3		
Total de equipamentos:	65		
SOMENTE SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS DE AR COND. USADOS POR APARELHOS DE AR COND. NOVOS			
COM FORNECIMENTO COMPLETO DE MATERIAL PARA AS SUBSTITUIÇÕES PELO CONTRATADO			
BTUS	QTDE.		
Tipo split; Hi-Wall; 9000	5		
Tipo split; Hi-Wall; 12000	32		
Tipo split; Hi-Wall; 18000	18		
Tipo split; Hi-Wall; 24000	1		
Tipo split; Hi-Wall; 36000	2		
Tipo split; Piso/teto; 60000	1		
Total de equipamentos:	59		
SOMENTE INSTALAÇÃO DE CORTINAS DE AR DE 2,00MTS NOVAS			
COM FORNECIMENTO COMPLETO DE MATERIAL PARA AS INSTALAÇÕES PELO CONTRATADO			
MODELO	QTDE.		
2,00 MTS	3		
Total de equipamentos:	3		

2.3. Descrição, especificações de altura e distancia, quantitativos e locais de instalações/substituições dos equipamentos:

* (Altura de instalação dos aparelhos de cortinas de ar de no máximo até 3mts)

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PARA INSTALAÇÃO DE CORTINAS DE AR			
SEÇÃO	LOCAL	INSTALAÇÃO	EQUIPAMENTOS
DEPARTAMENTO			
Edificação:	Local:	Necessidade:	Unidades:
GALERIA NOVA	CORTINA AR	INSTALAÇÃO	1
GALERIA NOVA	CORTINA AR	INSTALAÇÃO	1
GRADUAÇÃO	CORTINA AR	INSTALAÇÃO	1

*

SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO					
SEÇÃO	BTUs do aparelho antigo a ser desinstalado:		BTUs do equipamento a ser instalado:	ALTURA DA	DISTÂNCIA ENTRE
DEPARTAMENTO				CONDENSADORA	CONDENSADORA E
		SUBSTITUIÇÃO		EM RELAÇÃO AO SOLO	EVAPORADORA
Edificação:	BTUS atual:	Necessidade:	BTUS	Altura da condensadora:	Distância entre condensadora:
DTA	7.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	2M	3M
DCSO	7.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	4M	3M
DCSO	9.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	4M	3M
DCSO	9.000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	4M	3M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	9.000	3M	3M
DCHU	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2 M	3M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	5,70 M	3M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	5,70 M	3M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	5,70 M	3M
DAUP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
DDI	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	5M
DTAd	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	3M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	10 M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	10 M
DTAd	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	4M	10 M
DTA	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
CLI	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
PRINCÍPIA	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
EMP. JUNIORES	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	2M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	12000	3M	2M
DARG	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
VICE DIRETORIA	9.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	2M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
LDMP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	3M	3M
LDMP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	12.000	7M	4M
LDMP	18.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	5M	3M
DARG	30.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3 M	3M
DAUP	12.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	2M	3M
DDI	12.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	2M	3M
DTAd	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	10M
DTAd	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	10M
DTAd	24.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	08 M
STAEPE	18.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	SOLO	3M
STAEPE	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	SOLO	9M
STAEPE	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	2M	2M
GRADUAÇÃO	7.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	3M
GRADUAÇÃO	13.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	4M	3M
DIRETORIA	12.000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	2M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	30000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	36000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	2M
PÓS GRAD.	12000	SUBSTITUIÇÃO	18.000	3M	2M
STAEPE	12.000	SUBSTITUIÇÃO	24.000	SOLO	3M
CLI	18.000	SUBSTITUIÇÃO	36.000	3M	3M
PÓS GRAD.	18.000	SUBSTITUIÇÃO	36.000	3M	3M
SALA 2A	60.000	SUBSTITUIÇÃO	60.000	SOLO	3M

PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	12.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	12.000	3M	3M
DTI	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
DTI	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
DTI	INSTALAÇÃO	18.000	3M	8M
DARG	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
LDMP	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
DTAd	INSTALAÇÃO	18.000	4M	5M
DTAd	INSTALAÇÃO	18.000	4M	5M
STAEPE	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
DCSO NOVO	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
DCSO NOVO	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
DCSO NOVO	INSTALAÇÃO	18.000	2M	2M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	3M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	2M
PÓS GRAD.	INSTALAÇÃO	18.000	3M	2M
SANTANDER	INSTALAÇÃO	24.000	3M	3M
SANTANDER	INSTALAÇÃO	24.000	3M	3M
ATELIÊS	INSTALAÇÃO	36.000	3M	3M
ATELIÊS	INSTALAÇÃO	36.000	3M	3M
DTAd	INSTALAÇÃO	36.000	3M	3M

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Técnica Administrativa	Fernando de Souza Ferrari
Diretoria	Juarez Tadeu de Paula Xavier

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos da Contratada:

A empresa a ser contratada deverá:

- **Possuir objeto social compatível com a prestação de serviços de instalação e manutenção de sistemas de climatização;**
- Comprovar aptidão mediante a demonstração por atestado(s) de instalação de no mínimo trinta e sete aparelhos split ou piso-teto (Atestados assinados e datados);
- Dispor de equipe técnica qualificada, com profissionais capacitados para execução de serviços em sistemas de climatização. Necessário indicação de profissional Engenheiro Mecânico ou Engenheiro Elétrico ou Técnicos Equivalentes (Mecânico ou Elétrico), responsável técnico, para atendimento das quantidades e prazos fixados neste Termo de Referência, devidamente registrados e ativos nos conselhos de fiscalização profissional competentes (CREA ou CFT);
- Atender às normas de segurança do trabalho, especialmente aquelas relacionadas a serviços com eletricidade e trabalho em altura;
- Na ocasião da assinatura contratual, a adjudicatária deverá apresentar e/ou atender às verificações, cadastros, documentos e meios operacionais exigidos pela legislação e pelos procedimentos administrativos vigentes para viabilização da contratação e do processamento dos pagamentos.

4.2. Requisitos para Execução dos Serviços:

A execução dos serviços deverá contemplar:

- Instalação e/ou substituição de equipamentos de ar condicionado modelos SPLIT HI-WALL e Piso teto, com fornecimento de todos os componentes necessários, tais como suportes, tubulações, conexões, isolamentos térmicos, drenos, cabos elétricos e demais itens indispensáveis (tubo de cobre, cabo PP, fita PVC, mangueira flexível para dreno, suporte metálico para fixação da condensadora e evaporadora, pé amortecedor para condensadora, tubo isolante térmico com proteção UV, abraçadeiras, gás refrigerante R32; (se necessário), furação (alvenaria/vidro/divisórias) para passagem dos tubos e fiações, e fixações da condensadoras nos suportes e/ou bases) e ferramentas/equipamentos necessários para a execução dos serviços;
- Instalação e/ou substituição de equipamentos de ar-condicionado tipo split e/ou Piso teto, já disponibilizados pela Administração nos locais previamente definidos;;
- Instalação de equipamentos de cortina de ar nos locais previamente definidos;
- Durante a desinstalação dos aparelhos antigos deverão ser tomadas as devidas precauções, incluindo a preservação dos tubos de cobre, cabos elétricos e gás refrigerante para posterior reaproveitamento da máquina;
- Realização de testes de funcionamento após a instalação, garantindo a plena operacionalidade dos equipamentos;
- Execução dos serviços de forma a preservar a integridade dos equipamentos fornecidos pela Administração;
- Retirada e destinação adequada de resíduos gerados, incluindo eventuais equipamentos substituídos, quando aplicável. No caso dos equipamentos substituídos, transportá-los alocá-los em local definido pela unidade dentro do Campus Unesp Bauru.

4.3. Normas Técnicas e Regulamentações:

Os serviços deverão observar rigorosamente:

- Normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis;
- Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial:
 - NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade);
 - NR-35 (Trabalho em Altura), quando aplicável;
- Boas práticas de engenharia para instalação de sistemas de climatização.

4.4. Responsabilidades da Contratada:

Caberá à contratada:

- Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços contratados;
- Garantir a qualidade dos serviços prestados, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos instalados;
- Reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados aos equipamentos ou às instalações prediais decorrentes de falhas na execução;
- Prestar garantia mínima dos serviços executados, conforme definido no Termo de Referência;
- Cumprir os prazos estabelecidos pela Administração.

4.5. Condições Operacionais:

- Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Administração, mediante prévio agendamento;

- A execução deverá ocorrer de modo a minimizar interferências nas atividades acadêmicas e administrativas da unidade;
- A contratada deverá seguir as orientações da fiscalização designada pela Administração.

4.6. Demais condições estabelecidas pela Unidade:

O prazo de execução dos serviços é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços emitida pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** que será por sublotes operacionais definidos por modelos /capacidades.

Os serviços executados serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável designado pela administração, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de referência e proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem refeitos no **prazo de 07 (sete) dias corridos, a contar da notificação da contratada**, às suas custas sob responsabilidade da **CONTRATADA**, sem prejuízo, se justificado, da aplicação das penalidades previstas pela legislação vigentes e portaria de sanções da Unesp pela **CONTRATANTE**.

Os serviços serão recebidos/efetivados definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviços.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A **CONTRATADA** deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais/serviços que serão entregues. Deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

A **CONTRATADA**, em seus serviços, deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado. Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos pela FAAC sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** e seu devido retorno à **CONTRATANTE**.

Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual.

Será admitida a subcontratação parcial dos serviços de instalação, desinstalação, substituição e startup dos equipamentos, especialmente quando necessária à preservação das garantias técnicas e garantias de fábrica dos fabricantes dos equipamentos de climatização.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado concentrou-se na análise de empresas especializadas na prestação de serviços de instalação, desinstalação e manutenção de sistemas de climatização, abrangendo fornecedores com atuação local e regional, além de plataforma do Governo.

Verificou-se a existência de ampla oferta de prestadores aptos à execução do objeto, o que evidencia a viabilidade da contratação sob o aspecto competitivo, favorecendo a participação de múltiplos licitantes e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No âmbito da análise de alternativas, foram consideradas as seguintes possibilidades:

a) Execução por equipe própria: mostra-se inviável, tendo em vista a inexistência, no âmbito desta Unidade Universitária, de estrutura organizacional e equipe técnica especializada para execução de serviços dessa natureza, inexistindo, inclusive, setor técnico específico com atribuições voltadas à instalação e manutenção de sistemas de climatização;

b) Contratação por demanda eventual (fragmentada): revela-se menos eficiente sob o ponto de vista operacional e econômico, podendo ocasionar descontinuidade na execução dos serviços, dificuldades de padronização, aumento de custos indiretos e maior risco de atrasos;

c) Contratação de empresa especializada: apresenta-se como a solução mais adequada, por assegurar padronização na execução, qualidade técnica dos serviços, responsabilidade contratual definida e maior eficiência na implementação das instalações e substituições necessárias.

Diante do exposto, justifica-se a opção pela **contratação de empresa especializada**, como medida que melhor atende ao interesse público, sob os aspectos técnico, operacional e de economicidade.

Os serviços objeto da contratação são classificados como **serviços comuns de engenharia**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais de mercado e normas técnicas amplamente reconhecidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Tais serviços compreendem atividades padronizadas e amplamente difundidas no setor, tais como instalação e desinstalação de equipamentos de ar-condicionado do tipo split e piso teto, execução de linhas frigorígenas, interligações elétricas, fixação de unidades, instalação de cortinas de ar e realização de testes de funcionamento, sendo usualmente executados por diversas empresas especializadas.

As especificações técnicas podem ser claramente estabelecidas no instrumento convocatório, incluindo requisitos de execução, materiais a serem empregados, observância às normas da ABNT e às Normas Regulamentadoras aplicáveis, critérios de aceitação e procedimentos de verificação de funcionamento, não demandando soluções inovadoras ou de alta complexidade técnica.

Dessa forma, a contratação enquadra-se no conceito de serviços comuns, sendo adequada a adoção de modalidade licitatória que privilegie a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado, bem como instalação de cortinas de ar, incluindo todos os insumos e mão de obra necessários à execução dos serviços.

Os equipamentos serão fornecidos pela Administração, cabendo à contratada garantir sua correta instalação e pleno funcionamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades referem-se ao número de instalações e substituições de equipamentos existentes, previamente adquiridos pela unidade, bem como à instalação de cortinas de ar nos locais definidos.

SOMENTE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOVOS							
COM FORNECIMENTO COMPLETO DE MATERIAL PARA AS INSTALAÇÕES PELO CONTRATADO							
BTUS		QTDE.					
Tipo split; Hi-Wall; 9000		5					
Tipo split; Hi-Wall; 12000		38					
Tipo split; Hi-Wall; 18000		17					
Tipo split; Hi-Wall; 24000		2					
Tipo split; Hi-Wall; 36000		3					
Total de equipamentos:		65					
SOMENTE SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS DE AR COND. USADOS POR APARELHOS DE AR COND. NOVOS							
COM FORNECIMENTO COMPLETO DE MATERIAL PARA AS SUBSTITUIÇÕES PELO CONTRATADO							
BTUS		QTDE.					
Tipo split; Hi-Wall; 9000		5					
Tipo split; Hi-Wall; 12000		32					
Tipo split; Hi-Wall; 18000		18					
Tipo split; Hi-Wall; 24000		1					
Tipo split; Hi-Wall; 36000		2					
Tipo split; Piso/teto; 60000		1					
Total de equipamentos:		59					
SOMENTE INSTALAÇÃO DE CORTINAS DE AR DE 2,00MTS NOVAS							
COM FORNECIMENTO COMPLETO DE MATERIAL PARA AS INSTALAÇÕES PELO CONTRATADO							
MODELO		QTDE.					
2,00 MTS		3					
Total de equipamentos:		3					

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 Utilizando os valores médios obtidos junto a empresas do ramo, estimou-se o valor total da despesa em **R\$. 98.370,34.** (Noventa e oito mil, trezentos e setenta reais e trinta e quatro centavos).

Empresa 01: TecnoAR - CNPJ: 24.794.550/0001-98																
Empresa 02: Site: leroymerlin.com.br																
Empresa 03: 5S Engenharia - CNPJ: 48.176.452/0001-55																
Empresa 04: Refrimag Eng. Térmica - CNPJ: 26.642.536/0001-02																
Empresa 05: LS de Oliveira Serviços - CNPJ: 25.352.230/0001-40																
SOMENTE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOVOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL																
BTUS		QTDE.	VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO		VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO		VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO		VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO		VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO		SOMA	VALOR MÉDIO DE INSTALAÇÃO		
			Empresa 01		Empresa 02		Empresa 03		Empresa 04		Empresa 05					
Tipo split; Hi-Wall; 9000		5	R\$	750,00		R\$	450,00	R\$	900,00	R\$	690,00	R\$	2.790,00	R\$	697,50	
Tipo split; Hi-Wall; 12000		38	R\$	750,00	R\$	719,90	R\$	500,00	R\$	900,00	R\$	690,00	R\$	3.559,90	R\$	711,98
Tipo split; Hi-Wall; 18000		17	R\$	750,00	R\$	924,90	R\$	650,00	R\$	900,00	R\$	790,00	R\$	4.014,90	R\$	802,98
Tipo split; Hi-Wall; 24000		2	R\$	850,00	R\$	1.159,90	R\$	800,00	R\$	1.100,00	R\$	890,00	R\$	4.799,90	R\$	959,98
Tipo split; Hi-Wall; 36000		3	R\$	1.000,00			R\$	950,00	R\$	1.200,00	R\$	2.090,00	R\$	5.240,00	R\$	1.310,00
Total de equipamentos:		65													R\$ 50.043,36	

<div> <div> <div>Empresa 01:</div> <div>TecnoAR - CNPJ: 24.794.550/0001-98</div> </div> <div> <div>Empresa 02:</div> <div>Site: leroymerlin.com.br</div> </div> <div> <div>Empresa 03:</div> <div>5S Engenharia - CNPJ: 48.176.452/0001-55</div> </div> <div> <div>Empresa 04:</div> <div>Refrimag Eng. Térmica - CNPJ: 26.642.536/0001-02</div> </div> <div> <div>Empresa 05:</div> <div>LS de Oliveira Serviços - CNPJ: 25.352.230/0001-40</div> </div> </div>									
SOMENTE SUBSTITUIÇÃO DE APARELHOS DE AR COND. USADOS POR APARELHOS DE AR COND. NOVOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL									
BTUS	QTDE.	VALOR UNITÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO	SOMA	VALOR MÉDIO DE SUBSTITUIÇÕES	
		Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Empresa 05			
Tipo split; Hi-Wall; 9000	5	R\$ 750,00		R\$ 550,00	R\$ 900,00	R\$ 690,00	R\$ 2.890,00	R\$ 722,50	R\$ 3.612,50
Tipo split; Hi-Wall; 12000	32	R\$ 750,00	R\$ 719,90	R\$ 600,00	R\$ 900,00	R\$ 690,00	R\$ 3.659,90	R\$ 731,98	R\$ 23.423,36
Tipo split; Hi-Wall; 18000	18	R\$ 750,00	R\$ 924,90	R\$ 750,00	R\$ 900,00	R\$ 790,00	R\$ 4.114,90	R\$ 822,98	R\$ 14.813,64
Tipo split; Hi-Wall; 24000	1	R\$ 850,00	R\$ 1.159,90	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 890,00	R\$ 4.899,90	R\$ 979,98	R\$ 979,98
Tipo split; Hi-Wall; 36000	2	R\$ 1.000,00		R\$ 1.050,00	R\$ 1.200,00	R\$ 2.090,00	R\$ 5.340,00	R\$ 1.335,00	R\$ 2.670,00
Tipo split; Piso/Teto; 60000	1	R\$ 1.200,00		R\$ 2.500,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.490,00	R\$ 8.190,00	R\$ 2.047,50	R\$ 2.047,50
Total de equipamentos:	59								R\$ 47.546,98

<div> <div> <div>Empresa 01:</div> <div>TecnoAR - CNPJ: 24.794.550/0001-98</div> </div> <div> <div>Empresa 02:</div> <div>Site: leroymerlin.com.br</div> </div> <div> <div>Empresa 03:</div> <div>5S Engenharia - CNPJ: 48.176.452/0001-55</div> </div> <div> <div>Empresa 04:</div> <div>Refrimag Eng. Térmica - CNPJ: 26.642.536/0001-02</div> </div> <div> <div>Empresa 05:</div> <div>LS de Oliveira Serviços - CNPJ: 25.352.230/0001-40</div> </div> </div>									
SOMENTE INSTALAÇÃO DE CORTINAS DE AR DE 1,80M NOVAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL									
MODELO	QTDE.	VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO	VALOR UNITÁRIO DE INSTALAÇÃO	SOMA	VALOR MÉDIO DE INSTALAÇÃO	
		Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	Empresa 04			
Equipamento de 1,80 MTS	3	R\$ 200,00		R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 240,00	R\$ 1.040,00	R\$ 260,00	R\$ 780,00
Total de equipamentos:	3								R\$ 780,00
VALORES ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO:									R\$ 98.370,34

Além do levantamento de preços realizado com empresas físicas e plataformas online, foram consultados os valores praticados e disponibilizados em relatórios de pesquisa de preços do portal Compras.gov.br. Contudo, verificou-se que, no presente caso, tais referências mostraram-se inaplicáveis, em razão das distintas configurações e especificidades dos objetos licitados, circunstância que poderia ocasionar distorções em relação aos efetivos valores praticados no mercado (Relatórios de Pesquisas n.º 02/2026 e 03/2026, ambas de 23/04/2026).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Considera-se adequada a contratação em lotes, tendo em vista a necessidade de padronização técnica dos serviços, uniformidade de execução, responsabilidade integral da contratada e maior eficiência na gestão e fiscalização contratual.

A adoção do lotes também visa evitar incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade entre múltiplos prestadores e dificuldades operacionais na execução dos serviços de instalação, substituição e testes de funcionamento dos equipamentos.

Contudo, a execução contratual ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de Ordens de Serviço específicas, organizadas por sublotes operacionais definidos conforme os modelos e capacidades dos equipamentos (BTUs) e modelo de cortina de ar.

A medição e o pagamento ocorrerão conforme os quantitativos efetivamente executados e atestados pela fiscalização, observados os respectivos valores unitários da proposta vencedora, sem descaracterizar o julgamento pelo critério de menor preço global do lotes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Poderão ser necessárias adequações elétricas pontuais, caso identificadas durante a execução dos serviços.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Os serviços demandados serão inseridos no Plano Anual de Contratações do ano de 2026 (em andamento), tendo em vista que a demanda para a contratação dos serviços foi inserida posteriormente ao planejamento por questões orçamentárias e com a recepção de recurso extraordinário. Previamente os Serviços eram previstos para o exercício 2025.

12. Resultados Pretendidos

Os serviços a serem contratados suprirão a necessidade de troca dos atuais aparelhos existentes em salas de aula, laboratórios, salas acadêmicas, salas administrativas que apresentam problemas frequentes em virtude de seu longo período de utilização e atender as novas edificações da unidade.

Assim pretende-se:

- Viabilizar o funcionamento dos equipamentos já adquiridos;
- Garantir instalação segura e conforme normas técnicas;
- Melhorar e restaurar o conforto térmico dos ambientes da unidade;
- Evitar danos aos equipamentos decorrentes de instalações e substituições inadequadas.

13. Providências a serem Adotadas

- Disponibilizar os equipamentos adquiridos;
- Indicar os locais de instalação e substituições;
- Verificar previamente condições elétricas e estruturais;
- Poderão ser necessárias adequações elétricas pontuais, caso identificadas durante a execução dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- Orientaremos a CONTRATADA quanto ao destino correto dos materiais e resíduos de embalagens utilizados nos serviços condicionando nos locais adequados do Campus que possuem coleta.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Verificou-se viável e atendendo da melhor forma possível a necessidade da unidade para esta oportunidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO DE SOUZA FERRARI

Diretor Técnico Administrativo



Assinou eletronicamente em 19/05/2026 às 09:00:34.

ANEXO II – Portaria Unesp nº 135/2023**PORTARIA UNESP Nº 135 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.****Regulamenta a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNESP.**

O Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, com fundamento nos incisos I, II e XXI do Artigo 34 do Estatuto da UNESP, cumulado com o inciso III do Artigo 24 do Regimento Geral da UNESP e em face do disposto no Capítulo IV do Título III e no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133/2021, expede a seguinte Portaria:

**Capítulo I
Das Disposições Preliminares**

Artigo 1º - Esta Portaria regulamenta o procedimento de apuração de infrações e a aplicação de sanções administrativas às licitantes e contratadas, decorrentes das hipóteses previstas no Capítulo I do Título IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP.

**Capítulo II
Das Definições**

Artigo 2º - Sem prejuízo das definições contidas no Art. 6º Lei Federal nº 14.133/2021, para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I – Multa compensatória: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações na condição de licitante ou contratada, com a finalidade de compensar a Administração pelo dano que lhe é causado pela ocorrência das infrações listadas ou de alguma cláusula especial, conforme previsto no contrato.

II - Multa contratual: aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

III – Multa de mora: aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato e em consonância com o disposto nesta Portaria.

IV – Entrega imediata: aquela com prazo de entrega ou execução de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento ou de execução.

V – Valor ínfimo ou insuficiente: aquele cuja apuração para aplicação da multa se revele incapaz de fazer frente aos custos administrativos despendidos para operacionalização do procedimento sancionatório, assim considerados aqueles inferiores a 10 (dez) UFESPs.

VI – Instrumento equivalente: instrumento contratual simplificado avençado sob a forma de Carta-Contrato; Autorização de Fornecimento (AF); Nota de Empenho (NE); Purchase Order (PO); Apólice de Seguro; ou outro instrumento hábil específico emitido pela Universidade com essa mesma finalidade.

**Capítulo III
Das Infrações**

Artigo 3º - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas ações e omissões de sua parte que resultem na extinção ou na nulidade do contrato administrativo e pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Capítulo IV Das Sanções

Seção I Das Espécies de Sanções

Artigo 4º - Em caso de incidência das infrações previstas no Art. 3º desta Portaria, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas abaixo, conforme disposto no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- §1º** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 2 - as peculiaridades do caso concreto;
 - 3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- §2º** A aplicação das sanções ao licitante ou contratado não afasta a incidência de eventual composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência. A diferença de preços verificada na efetivação de uma nova contratação feita no mercado, serão consideradas como perdas e danos, a serem ressarcidos à Administração, descontados os valores correspondentes às multas já aplicadas e efetivamente pagas.
- §3º** Havendo a recusa do material ou do serviço, por parte da Universidade, a contratada deverá, no prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis - contados do recebimento da notificação da recusa - substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na

execução, sob pena de restar caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto contratado, com a consequente aplicação das sanções previstas nesta Portaria.

§4º Nas sanções que resultem em impedimento temporal, a duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade, observados os limites temporais fixados na Lei Federal nº 14.133/2021.

Seção II Da Sanção de Advertência

Artigo 5º - A sanção de advertência será aplicável nos casos em que haja a inexecução parcial do contrato, conforme inciso I do Art. 4º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Seção III Da Sanção de Multa

Artigo 6º - A sanção de multa será aplicável, de forma individual ou cumulada com outra sanção, por qualquer das infrações previstas no Artigo 3º desta Portaria, conforme as seguintes espécies e percentuais:

I - Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos IV, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

II - Multa compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da proposta na licitação ou contratação direta, na ocorrência das infrações, previstas nos incisos V e VI do Art. 3º desta Portaria, ocorridas durante a fase de licitação ou contratação direta.

III - Multa compensatória de 30% (trinta por cento) do valor não executado do contrato na ocorrência das infrações previstas nos incisos I, II, III, VIII, IX, X, XI e XII do Art. 3º desta Portaria, durante a fase execução do contrato.

IV - Multa contratual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na hipótese de ocorrência da infração prevista no inciso VII do Art. 3º desta Portaria, acrescida de multa de mora, conforme as seguintes hipóteses:

a) Multa de mora de 0,3% (três décimos por cento), calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso no fornecimento de materiais e serviços;

b) Multa de mora de 0,4% (quatro décimos por cento) calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de atraso na execução de obras e serviços de engenharia.

§1º Para o cálculo das multas de mora previstas nas alíneas "a" e "b" do inciso IV deste artigo, deverá ser adotado o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa diária pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.

§2º As multas previstas no artigo 6º são autônomas e a aplicação de uma não exclui a incidência das outras, devendo sempre serem calculadas sobre os valores contratuais reajustados, desde que conste do termo de contrato a cláusula de reajuste.

§3º A somatória da multa contratual com a multa de mora calculada na forma deste artigo não poderá ser inferior a 10 UFESPs e nem exceder a 30% (trinta por cento) do valor contratado.

§4º Nos casos em que o atraso incorrido pela contratada resultar em valor de multa ínfimo ou que não seja suficiente para fazer frente aos custos administrativos despendidos para a operacionalização do procedimento sancionatório, poderá a autoridade competente, em

despacho escrito e fundamentado no processo, converter a aplicação da multa em advertência.

§5º As multas, aplicadas após o regular processo administrativo, serão:

- 1 – Descontadas da garantia do respectivo contrato ou instrumento equivalente;
- 2 – Compensadas com pagamentos eventualmente devidos pela Administração, devidamente executados e atestados pela fiscalização designada para a contratação;
- 3 – Cobradas administrativamente, caso seu valor for superior à soma dos totais dispostos nos incisos I e II deste parágrafo.
- 4 – Cobradas judicialmente, caso o valor atualizado ultrapassar 300 (trezentas) UFESPs e a cobrança administrativa seja infrutífera.

§6º Na hipótese do pagamento das multas através do inciso III do §5º deste artigo, incidirá correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, ou índice que venha substituí-la.

§7º No caso de a aplicação das multas estabelecidas em contratos e de mora, somadas, extrapolarem 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, a Autoridade Competente deverá imediatamente promover a rescisão unilateral por inexecução contratual, salvo quando houver justificativa formal e fundamentada da vantajosidade da manutenção da contratação para a Administração.

§8º A aplicação das multas previstas nos Incisos III, IV, V, VII do caput deste artigo, nos casos de fornecimento de material ou serviços, se dará observada as seguintes condições:

- 1 - Após o prazo fixado pela UNESP, que não excederá a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para substituir, reparar, corrigir, remover, reconstruir, às suas custas, no todo ou em parte, o objeto viciado com defeitos ou incorreções na execução, salvo na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados.
- 2 - A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.
- 3 - A contagem dos prazos de execução dos contratos será efetuada utilizando-se dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente ao do início da vigência do contrato ou da ordem escrita de início da sua execução, ou ainda do efetivo recebimento, por qualquer meio, do instrumento equivalente pelo contratado, devendo o comprovante de recebimento integrar o processo.

§9º O pedido de prorrogação de prazo final para a execução de obra, serviços ou entrega de material somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos de execução ou fixados no contrato ou instrumento equivalente, e quando aprovado, suspende a incidência de multas. O prazo para protocolo do pedido de prorrogação prazo previsto neste artigo será de no mínimo 15 (quinze) dias úteis quando não fixado no Edital ou no Contrato.

Seção IV **Do Impedimento de Licitar e Contratar**

Artigo 7º - A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 3º desta Portaria, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo único - A duração da penalidade será definida com base na gravidade da conduta do contratado e dos prejuízos dela resultantes, utilizando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade.

Seção V

Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 8º - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do caput do Art. 4º desta Portaria, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 3º desta Portaria, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Art. 7º desta Portaria, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Seção VI

Disposições Gerais para o Procedimento de Aplicação de Sanções

Artigo 9º - À licitante ou contratada será garantido o contraditório e a ampla defesa contra a aplicação das sanções definidas no Art. 4º, exercidos por intermédio de manifestações e recursos, nos prazos dispostos nos Artigos 157, 158, 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Artigo 10 - No procedimento para aplicação de sanções, serão observados os seguintes termos:

I - Nenhum prazo de defesa ou recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vistas franqueadas ao interessado.

II - As sanções previstas nesta Portaria poderão ser alteradas ou extintas pela própria Autoridade Competente que as aplicou, ou pela Autoridade Superior a esta, mediante ato fundamentado baseado na análise técnica da defesa e/ou recurso tempestivo apresentados pela licitante ou contratada.

III - A Autoridade Competente, após oitiva da Assessoria Jurídica, poderá celebrar Acordo de Leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas, conforme expressa previsão do Art. 17 da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

IV - A extinção da aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano comprovadamente causado à Administração, observada a possibilidade da sua composição ocorrer no âmbito de Acordo Administrativo nos termos do Art. 9º do Decreto Federal n. 9.830/2019.

V - Para a extinção das sanções previstas nos Arts. 7º e 8º desta Portaria, deverá ser lavrado Termo de Compromisso disposto no artigo 26 do Decreto-lei Federal n. 4.657/1942, modificada pela Lei n. 13.655/2018 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), observando os requisitos para sua operacionalização previsto no artigo 10 do Decreto Federal n. 9.830/2019 que o regulamenta.

Seção VII

Do Processo Administrativo para Aplicação de Sanções

Artigo 11 - A aplicação das sanções previstas nos Arts. 5º, 6º, 7º e 8º desta Portaria será processada pelo órgão contratante, através de processo administrativo e do Sistema e-Sanções, conforme legislação vigente.

Parágrafo único - O processo administrativo sancionatório observará o disposto nos artigos 62 a 64 da Lei Estadual n. 10.177/1998, ou outra norma estadual que venha a substituí-la.

Seção VIII Dos Cadastros e Comunicações

Artigo 12 - Na ocorrência do inadimplemento do pagamento da penalidade prevista no artigo 6º desta Portaria, a contratada será inscrita no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - Cadin Estadual, obedecendo ao disposto contido em legislação específica, sem prejuízo da ação judicial de cobrança.

Artigo 13 - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação das sanções previstas nos artigos 7º e 8º, deverão ser informados e mantidos atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela UNESP no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único - As sanções aplicadas pela Universidade serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao artigo 174, inciso I da Lei nº 14.133/2021, mediante a remessa de dados via integração de sistemas ou outros meios disponíveis para a finalidade.

Artigo 14 - Quando tratar-se das penalidades previstas nos Artigos 7º e 8º, a contratada será incluída na relação de "Apenados" do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Capítulo V Das Disposições Finais

Artigo 15 - Os instrumentos convocatórios e todos contratos e instrumentos equivalentes deverão fazer referência à presente Portaria, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 16 - As medidas complementares a esta Portaria serão definidas através de Instruções Normativas e demais normas procedimentais a serem baixadas pela Pró Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão – PROPEG.

Artigo 17 – Permanecem regidos pela Portaria UNESP nº 6, de 13 de janeiro de 2021 as licitações, dispensas, inexigibilidades, contratos ou instrumentos equivalentes realizados ou celebrados sob a égide da Lei nº 8.666/93 ou da Lei 10.520/2002.

Artigo 18 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

(Processo nº 1723/2021-RUNESP)

PASQUAL BARRETTI
Reitor

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

(papel timbrado da empresa)

Processo nº _____

Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado e instalação de cortinas de ar, incluindo fornecimento de materiais, insumos, mão de obra e demais itens necessários à execução dos serviços.

A empresa _____,

inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, que:

I – optou por não realizar vistoria técnica nos locais de execução dos serviços;

II – possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto;

III – obteve todas as informações necessárias para elaboração de sua proposta comercial e execução contratual;

IV – assume integral responsabilidade por eventual necessidade de adequações, levantamentos, verificações ou custos decorrentes da execução dos serviços;

V – não utilizará a ausência de vistoria técnica como fundamento para pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos contratuais, atrasos, questionamentos futuros ou quaisquer alegações relacionadas ao desconhecimento das condições dos locais de execução.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Cargo:

ANEXO IV

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA

(papel timbrado da empresa)

Processo nº _____

Pregão Eletrônico nº _____

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado e instalação de cortinas de ar, incluindo fornecimento de materiais, insumos, mão de obra e demais itens necessários à execução dos serviços.

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa abaixo identificada realizou vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, tomando conhecimento das condições físicas, operacionais, estruturais e logísticas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes da contratação.

A vistoria teve por finalidade proporcionar pleno conhecimento das condições dos locais, acessos, instalações existentes, distâncias, características construtivas, condições elétricas aparentes e demais informações relevantes à formulação da proposta comercial.

Empresa: _____

CNPJ: _____

Representante: _____

CPF: _____

Data da vistoria: _____

Horário: _____

Servidor responsável pelo acompanhamento da vistoria:

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Assinatura: _____

Representante da Empresa

Servidor da UNESP

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA SUGERIDO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A

UASG 102309 - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design

Identificação da empresa Licitante:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

SITE:

NOME DO REPRESENTANTE: E-MAIL:

FONE:

GRUPO 1					
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor	Total
01	Instalação de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 9000 Btus)	05	Unidade	R\$	R\$
02	Instalação de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 12000 Btus)	38	Unidade	R\$	R\$
03	Instalação de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 18000 Btus)	17	Unidade	R\$	R\$
04	Instalação de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 24000 Btus)	02	Unidade	R\$	R\$
05	Instalação de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 34000 Btus)	03	Unidade	R\$	R\$
12	Instalação de equipamentos de Cortina de ar (modelo 1,80 mts)	03	Unidade	R\$	R\$
	Valor total do Grupo				R\$

GRUPO 2					
Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor	Total
06	Substituição de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 9000 Btus)	05	Unidade	R\$	R\$
07	Substituição de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 12000 Btus)	32	Unidade	R\$	R\$
08	Substituição de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 18000 Btus)	18	Unidade	R\$	R\$
09	Substituição de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 24000 Btus)	01	Unidade	R\$	R\$
10	Substituição de equipamentos de Ar condicionado (Tipo Split; Hi-Wall; 36000 Btus)	02	Unidade	R\$	R\$
11	Substituição de equipamentos de Ar condicionado (Tipo: Split / Piso Teto ; 60000 Btus)	01	Unidade	R\$	R\$
	Valor total do Grupo				R\$

Observação: Nos valores apresentados deverão estar incluídos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do “lote” de interesse da Proponente.(retirar este texto)

DAS DEMAIS CONDIÇÕES:

Prazo de entrega: **30(trinta) dias** Validade da
Proposta: **60 (sessenta) dias** Prazo de
Pagamento: **30 (trinta) dias**

Referências Bancárias :

BANCO DO BRASIL

Agência:

Conta:

Declaramos total concordância com os termos do Edital e seus anexos em referência e das condições da presente licitação.

Local, data.....

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº 493/2026-FAAC

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026-FAAC,
CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA - UNESP, POR INTERMÉDIO DA FACULDADE DE
ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN E
.....

A Universidade Estadual Paulista - Unesp por intermédio da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, com sede na Av. Luiz Edmundo Carrijo, Coube, 14-01, na cidade de Bauru /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.031.918/0029-25, neste ato representado pelo seu Diretor Prof. Dr. Juarez Tadeu de Paula Xavier, nomeado(a) pela *Portaria do Reitor, de 02 de outubro de 2024, publicado no DOE de 04 de outubro de 2024, inscrito no CPF sob o nº 014.686.398-46*, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a)....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 493/2026-FAAC. e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº 90003/2026*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços *instalação, desinstalação e substituição de equipamentos de ar-condicionado e instalação de cortina de ar, incluindo o fornecimento de materiais, insumos mão de obra e demais itens necessários à execução dos serviços*, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Instalação de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 9000 Btus	2020	Unidade	05		
2	Instalação de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 12000 Btus	2020	Unidade	38		

3	<i>Instalação de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 18000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>17</i>		
4	<i>Instalação de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 24000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>02</i>		
5	<i>Instalação de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 34000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>03</i>		
6	<i>Substituição de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 9000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>05</i>		
7	<i>Substituição de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 12000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>32</i>		
8	<i>Substituição de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 18000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>18</i>		
9	<i>Substituição de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 24000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>01</i>		
10	<i>Substituição de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 36000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>02</i>		
11	<i>Substituição de aparelho de ar-condicionado (Tipo Split, Hi-Wall, 60000 Btus</i>	<i>2020</i>	<i>Unidade</i>	<i>01</i>		
12	<i>Instalação de equipamentos de cortina de ar (modelo 1,80mts)</i>	<i>22535</i>	<i>Unidade</i>	<i>03</i>		

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da Termo de Início dos Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:*

4.1.1. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.1.2. *A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:*

4.1.2.1. *Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;*

4.1.2.2. *Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;*

4.1.2.3. *Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que*

comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.2.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.2.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.3. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 01/06/2026.

*7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias úteis para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se

refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01, Vargem Limpa, Bauru, São Paulo*

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos

lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento. Portaria Unesp nº 135/2023.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº](#)

[12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. *Gestão/Unidade: 48059.16.04 - Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design*

II. *Fonte de Recursos: Tesouro*

III. *Elemento de Despesa: 3.3.90.39.80*

IV. *Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Termo Aditivo.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bauru do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma)* via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

Bauru/São Paulo, na data da última assinatura eletrônica das partes.

JUAREZ TADEU DE PAULA XAVIER

DIRETOR DA FAAC

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-